

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2015**  
**PROCESSO Nº. 23122.016632/2015-07**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/UFSJ**

**A Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ**, situada à Praça Frei Orlando, 170, *Campus Santo Antônio*, na cidade de São João del-Rei/MG – CEP 36307-352, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 485 de 24 de agosto de 2014, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descritos neste Edital, seus Anexos e condições que se enunciam.

**FUNDAMENTAÇÃO:** O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Complementar nº. 147, de 7 de agosto de 2014, pelo Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007, pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, pelo Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, pelo Decreto nº 8.184, de 17 de janeiro de 2014, pelo Decreto nº 8.194, de 12 de fevereiro de 2014, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, com as alterações impostas pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus Anexos.

## **1 - DO OBJETO**

1.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de desenvolvimento de software de gestão para a Assessoria para Assuntos Internacionais, conforme especificações e condições gerais do fornecimento contidas neste Edital e seus anexos, que poderá ser extraído nos sítios: <http://www.ufsj.edu.br/dimap> ou <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

1.2 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

## **2 - DA ABERTURA**

2.1 – A Abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela internet), dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada neste Edital. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

**2.2 - DATA PARA ENTRADA DA PROPOSTA DO ITEM NO COMPRASNET:** a partir da data da liberação do edital no Comprasnet, até o horário estipulado para início da sessão pública de lances.

**DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** dia 18/11/2015, às 09 horas.

**UASG:** 154069

**LOCAL:** Portal Comprasnet - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)



2.3 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**ANEXO IV – TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES**

2.4 - Dotação Orçamentária e Estimativa

2.4.1 - As despesas para atender a esta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Fonte: 0112.000000

Programa de Trabalho: 087890

Elemento de Despesa: 339039

2.4.2 - O valor disponível para aquisição do objeto é de R\$ 13.683,33 (treze mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), conforme consta dos autos.

### **3 - DA PARTICIPAÇÃO**

3.1 - A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

3.2 - Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

3.2.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.2.2 - Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

3.3 - Como condição de participação no Pregão a licitante deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.3.1 - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.3.2 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.3 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



3.3.4 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

3.4 - Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

3.4.1 - que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, suspenso, ou que por estas tenha sido declarada inidônea nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;

3.4.2 - que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição;

3.4.3 - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4 - quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993:

3.4.4.1 - que possuem servidor ou dirigente de órgão ou da UFSJ ou os responsáveis pela licitação;

3.4.4.2 - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.4.5 - que estejam inadimplentes, suspensas de licitar ou contratar com a UFSJ;

3.4.6 - com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas ou em processo de recuperação extrajudicial, em dissolução ou em liquidação;

3.5 - Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, observada a seguinte ordem:

3.5.1 - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

3.5.2 - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

3.5.3 - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

3.5.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos itens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3 terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso e os itens com valores abaixo de R\$80.000,00.

3.6 - A comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

#### **4 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

4.1 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública,



exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço [secol@ufs.ju.edu.br](mailto:secol@ufs.ju.edu.br). O pedido de esclarecimentos será respondido em até vinte e quatro horas.

4.2 - Qualquer pessoa poderá impugnar, na forma eletrônica, os termos do presente Edital até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail [secol@ufs.ju.edu.br](mailto:secol@ufs.ju.edu.br).

4.2.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à data da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

4.3 - Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas serão divulgados pelo Pregoeiro no Comprasnet.

4.4 - Não serão reconhecidas as impugnações interpostas após o vencimento dos prazos legais.

4.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **5 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

5.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 - O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (§ 6º, Artigo 3º do Decreto nº. 5.450/05).

5.4 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a UFSJ, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art.3º do Decreto nº. 5.450/05).

5.5 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **6 - DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOCUMENTOS**

6.1 - O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada, conforme preceitua o art. 21, § 4º, do Decreto nº. 5.450/05.

6.2 - O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeira e firme sua proposta e subseqüentes lances, se for o



caso, (artigo 13, inciso III, Decreto 5.450/05), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (artigo 13, inciso IV, Decreto 5.450/05).

6.3 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1 - Valor unitário e total do item;

6.3.2 - Descrição detalhada do serviço: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.4 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7 - O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, se for o caso.

6.8 - Após o término da etapa dos lances, **a licitante detentora da melhor oferta para o item, deverá apresentar pelo e-mail [secol@ufsjeu.br](mailto:secol@ufsjeu.br) ou via sistema comprasnet, quando solicitado pelo chat, a proposta digitada, em até 02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema e, sem alternativas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser assinada pelo representante legal. Deverá conter o número do item, atender aos padrões de especificação e guardar perfeita caracterização com o objeto licitado, em conformidade com a descrição contida no **Termo de Referência**. Deverá, ainda, conter o valor total, em conformidade com os lances ofertados. Os originais deverão ser enviados via correio, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para a Equipe de Pregão da UFSJ, localizado na Praça Frei Orlando, 170 - Centro, "Campus Santo Antônio" – Cep: 36.307-352 - São João Del-Rei/MG, devendo, obrigatoriamente, conter na parte externa:

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 052/2015 PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

6.8.1 - Deverá consignar expressamente o valor total do item, estando incluídas todas as despesas, encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens sociais objeto deste Pregão Eletrônico. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

6.8.2 - Deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

6.8.3 - O prazo de entrega do serviço licitado será conforme definido no Termo de Referência.

6.8.4 - Deverá conter o prazo de pagamento de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega do objeto e estar em conformidade com as condições deste edital e seus anexos e conter: razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento, e-mail. Deverá conter a marca/fabricante do material e/ou equipamento ofertado.



6.8.5 - O valor deverá ser apresentado em moeda corrente nacional, sendo os centavos com apenas duas casas decimais. Não serão considerados, para efeito de empenhamento, valores cujo preço contenha mais de duas casas decimais, sendo desconsideradas as frações de centavos. Ex: 0,0123, será empenhado 0,01.

6.9 - A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## **7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lance exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL do item.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer valores sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos

7.8 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo Sistema.

7.9 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

7.10 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



7.11 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.14 - Para a contratação de serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

7.15 - Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.15.1 - prestados por empresas brasileiras;

7.15.2 - prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.15.3 - Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - As propostas de preços serão julgadas pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, dentro das especificações solicitadas.

8.2 - Analisada a aceitabilidade do preço obtido em relação ao valor de referência, o pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

8.2.1 - Os preços não poderão ultrapassar o valor máximo para aquisição definido no Termo de Referência e que apresente preço manifestamente inexequível.

8.2.2 - Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

8.4 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.





8.4.1 - O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5 - Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou, se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.5.1 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.5.2 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.5.3 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.6 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7 - Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.

8.7.1 - O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.7.2 - Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.8 - Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8.9 - Não poderá haver desistência das propostas e dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções constantes neste Edital.

**8.10 - Para os efeitos do Decreto nº. 7.174/2010 consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada.**

8.11 - Para os bens e serviços de informática e automação, será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º, da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 4º, 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

8.11.1 - Para os serviços abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto serviço nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.





8.11.2 - Nessa situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

8.13 - Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.13.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14 - O exercício do direito de preferência disposto no Decreto nº. 7.174/2010 será concedido após o encerramento da fase de apresentação das propostas ou lances, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

8.14.1 - aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando for o caso;

8.14.2 - aplicação das regras de preferência com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até dez por cento acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

8.14.3 - convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no item 8.14.2, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

8.14.4 - caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002.

## **9 - DA HABILITAÇÃO**

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF;

9.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

9.1.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

9.1.4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5 - Será proibido de contratar com o Poder Público a empresa cujo sócio majoritário esteja vinculado como sócio majoritário em outra pessoa jurídica com ocorrências impeditivas nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores.

9.1.6 – Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



9.2 - O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

9.2.1 - Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF. A verificação se dará mediante consulta on line, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.

9.2.2 - Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme disposto no art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3 - Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e trabalhista:

9.3.1 - Habilitação jurídica:

9.3.1.1 - no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.3.1.2 - em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.3.1.3 - inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.3.1.4 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.3.1.5 - decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.3.1.6 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.3.2 - Regularidade fiscal e trabalhista:

9.3.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.3.2.2 - prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

9.3.2.3 - prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);



9.3.2.4 - prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.2.5 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.2.5 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2.6 - prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.3.2.7 - caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.3 - Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.3.3.1 - certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.4 - As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.4.1 - comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.4.2 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

9.5 - Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados pelos licitantes via e-mail secol@ufs.ju.edu.br, no prazo de 02 horas após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após encerramento da fase de lances.

9.5.1 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 - Caso o licitante tenha alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.1 - A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.



9.6.2 - A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.7 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.8 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.8.1 - No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9 - A apresentação de declarações falsas relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação (**subitem 3.3 do Edital**) sujeitará o licitante às sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/02, no artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 3.555/00, no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

9.10 - Para o exercício do direito de preferência, os fornecedores dos bens e serviços de informática e automação deverão apresentar, junto com a documentação necessária à habilitação, declaração, sob as penas da lei, de que atendem aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, bem como a comprovação de que atendem aos requisitos estabelecidos nos subitens 3.6.

9.10.1 - Nas licitações na modalidade de pregão, a declaração a que se refere o item 9.10 deverá ser apresentada no momento da apresentação da proposta.

9.10.2 - O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, cópia da portaria interministerial que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, ou cópia da Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto-Lei nº 288, de 1967, em atendimento ao Decreto 8.184/2013 e Decreto 8.194/2013.

## **10 - DOS RECURSOS**

10.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo,



intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

12.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **13 - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 - As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, no Decreto nº 3.555 de 2000 e no Decreto nº 5.450, de 2005. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF e no Cadastro de fornecedores da Universidade Federal de São João del-Rei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital, o licitante que:

14.1.1 - não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.2 - Deixar de entregar documentação exigida no edital;

14.1.3 - Apresentar documentação falsa;

14.1.4 - Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

14.1.5 - Não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;

14.1.6 - Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.7 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



14.1.8 - Cometer fraude fiscal.

14.1.9 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UFSJ, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 14.1, conforme detalhado nos itens 14.1.1 ao 14.1.8.

14.2 - A pena de advertência poderá ser aplicada no caso previsto no item 14.1, sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.

14.3 - Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, a UFSJ poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie;

14.3.1 - Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

14.3.2 - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

14.3.3 - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;

14.4 - As sanções previstas nos itens 14.1 e 14.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

14.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela UFSJ, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 14.2 e 14.3.

14.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.7 - O percentual de multa previsto no item 14.3 incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

14.7.1 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Brasil S/A, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

14.7.2 - Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.

14.7.3 - Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.





14.8 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.9 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **15 - DO CONTRATO**

15.1 - Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceite instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

15.2 - Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.2.1 - Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.2.2 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.3 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.4 - Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15.5 - Os preços são fixos e irredutíveis.

15.6 - Se após 20 dias da homologação do certame a nota de empenho ou o extrato de compras não for recebido, o fornecedor deverá entrar em contato através do e-mail [empenho@ufsj.edu.br](mailto:empenho@ufsj.edu.br), solicitando o referido documento. A alegação do não recebimento da nota de empenho não será aceita como justificativa para a recusa da entrega do material. O endereço de e-mail informado acima deverá ser utilizado somente para a resolução de problemas relativos ao envio dos empenhos.

15.6.1 - O fornecedor poderá também utilizar como ferramenta de consulta o site <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>, extraindo os empenhos emitidos relativo ao presente certame.



## **16 - DO PAGAMENTO**

16.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Setor de Almoxarifado/Patrimônio da UFSJ, condicionado à apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº. 8.666/93 se couber.

16.2 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

16.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.5 - Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

16.5.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.5.2 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.5.3 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.6 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.7 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

16.8 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.9 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. (Anexo III)



16.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

## 17 - PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA

17.1 - A CONTRATADA cederá à UFSJ, os direitos autorais e patrimoniais e a propriedade intelectual em caráter definitivo dos resultados produzidos em consequência desta licitação, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e Internet e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica.

17.2 - A CONTRATADA fica proibida de veicular e comercializar os produtos gerados relativos ao objeto da prestação dos serviços, salvo se houver a prévia autorização por escrito da UFSJ.

17.3 - A CONTRATADA deverá seguir os procedimentos de segurança, tais como:

17.3.1 - Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem executados na UFSJ.

17.3.2 - Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização.

## 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

18.2 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.3 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



18.4 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.5 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na UFSJ, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.8 - Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

18.9 - É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

18.10 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18.11 - O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste Pregão Eletrônico.

18.12 - A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e, também, fundamentado.

18.13 - Dos atos praticados, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes.

18.14 - Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

## **19 - DO FORO**

19.1 - Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de São João del-Rei, para dirimir qualquer controvérsia não resolvida entre as partes.

São João del-Rei, 05 de novembro de 2015.

**Fabiano Costa Torres**  
**Pregoeiro**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - DO OBJETO

1.1 - Contratação de serviço de desenvolvimento de software de gestão de Relações Internacionais (RI), conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na especificação detalhada do serviço contida no Anexo II.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Desde o ano de 2011, com a criação do Programa Ciência Sem Fronteiras e com o desenvolvimento de políticas nacionais de fomento à internacionalização, houve um crescimento expressivo das ações de internacionalização nas instituições de ensino superior de todo o Brasil. O fato descrito teve impacto significativo no número crescente de acordos internacionais e de alunos em mobilidade: tanto brasileiros indo para o exterior, quanto estrangeiros vindo para as universidades brasileiras. Para acompanhar todo esse processo, as universidades têm sido solicitadas pelo MEC e por órgãos de fomento a enviar relatórios de acompanhamento e controle dessas ações. No entanto, diante da rápida e contínua expansão da internacionalização, não é mais possível fazer esse acompanhamento e emitir os relatórios solicitados, com base apenas no controle manual e com planilhas do Excel e/ou Word, ou outras dessa natureza. Há a necessidade de um sistema inteligente que possa gerar informações, relatórios e gráficos, com base em banco de dados pré-cadastrado no sistema, de forma ágil e precisa. É de fundamental importância ter um controle automatizado não apenas dos convênios em andamento e dos que devem ser renovados, mas, também, e mais importante, dos alunos que estão em mobilidade nos diversos continentes do globo.

#### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- a) A Assessoria Internacional da UFSJ fornecerá à(s) empresa(s) as informações necessárias para o fornecimento do serviço, tais como: arquivos digitais, fotos, textos, gráficos e quaisquer outras que se fizerem necessárias à perfeita execução dos serviços.
- b) Nos preços cotados deverão estar computadas todas as despesas incidentes direta e indiretamente na prestação dos serviços, inclusive os gastos com *pen-drives*, CDs, ou outro objeto dessa natureza que serão necessários para a entrega do programa, além da despesa de transporte para deslocamento até a UFSJ para a entrega do programa, capacitação e teste.
- c) A UFSJ deverá ter o direito de compartilhar o sistema com outras instituições, seja por doação ou venda.
- d) A entrega do programa deverá ser inspecionada na presença do fornecedor por servidores especialmente designado (NTInf e ASSIN), podendo ser aceito ou devolvido caso apresente algum problema técnico.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos. O objeto a ser contratado é considerado comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

4.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características e as específicas contidas no ANEXO II:

- 4.1.1 a empresa CONTRATADA deverá conceder *hardware* de instalação (CD, pen-drive, ou outro dessa natureza), em uma cópia original que ficará guardada como arquivo mestre e mais 6 cópias.



4.1.2 A empresa CONTRATADA deverá oferecer uma capacitação presencial à UFSJ, no ato da entrega do *hardware* de instalação e suas cópias, a ser oferecida no Campus Santo Antônio da UFSJ, localizado à Praça Frei Orlando, 170. Centro. São João del-Rei, MG, Brasil, com duração máxima de 8 horas, com intervalo e para uma média de 30 (trinta) pessoas.

4.1.3 a empresa CONTRATADA deverá estar disponível por telefone ou *on-line* para auxiliar a instalação do programa pela UFSJ, caso haja necessidade.

4.1.4 A UFSJ terá o prazo de 30 dias para teste do programa. Caso haja algum problema, encaminhará o programa novamente à empresa CONTRATADA no prazo de cinco dias após o período de teste. Neste caso, a empresa CONTRATADA terá o prazo de 15 dias para reparo do programa e retorno do mesmo às instituições.

4.1.5 A cada retorno do programa à instituição, deverá haver um novo período de 7 dias de teste, até a confirmação de que o programa está funcionando em perfeitas condições de uso.

4.1.6 Todos os gastos com a reparação do programa durante o período de testes deverão ser de responsabilidade da empresa CONTRATADA, inclusive os gastos com deslocamento para São João del-Rei, nos casos necessários.

## 5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços deverão ser executados com base nos seguintes parâmetros e levando em consideração as seguintes etapas:

5.1.1 o *software* deverá ser desenvolvido na linguagem de Programação PHP, na versão mínima, atualmente mantida pelos desenvolvedores, PHP 5.4;

5.1.2 os bancos de dados deverão ser desenvolvidos na linguagem *Postgres 9* ou *MySQL 5*, por serem livres de pagamento de licenças;

5.1.3 o sistema operacional utilizado para o desenvolvimento do *software* deverá ser o *Linux*, por se tratar de um sistema *open source* e livre de pagamento de licenças adicionais;

5.2 Etapas de desenvolvimento do *software*:

ETAPA/ FASE/ ITEM	MÉTODO DE AVALIAÇÃO
Levantamento dos Requisitos	Verificação qualitativa sobre os requisitos apurados. Validação do documento apresentado por parte da equipe técnica da instituição e setor demandante
Definição do layout do Sistema	Avaliação do layout. Aprovação da solução proposta pelo setor demandante
Projeto	Avaliação de diagramas de caso de uso, diagramas de classe, diagramas de entidade-relacionamento, por parte da equipe técnica.
Desenvolvimento	Avaliação do cumprimento do cronograma de desenvolvimento. Validação de cada módulo desenvolvido e disponibilizado ao longo do período de desenvolvimento.
Instalação dos Sistemas	Verificação qualitativa sobre o ambiente instalado e configurado. Validação por parte da equipe técnica instituição da disponibilidade dos sistemas instalados no ambiente de produção.
Demandas de Implantação.	Verificação qualitativa do sistema implantado (Homologação Técnica) em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.





	Validação por parte da equipe técnica da instituição
Testes	Avaliação de testes previamente planejados mediante massa de dados e roteiros de testes desenvolvidos pela contratada e executados pela instituição. Validação funcional do sistema.
Demandas de Correção/Garantia.	Verificação qualitativa de cada demanda finalizada, isto é, avaliar se o problema/erro apresentado na demanda foi solucionado de forma efetiva. Poderá ser demandada durante a etapa de Desenvolvimento
Entrega final /Capacitação	Aprovação do sistema implantado em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, cumpridas as etapas anteriores e avaliação do treinamento para utilização do software. Equipe técnica e setor

5.3 Acompanharão o processo de desenvolvimento do *software*, servidores do NTInf e da ASSIN, especialmente designados.

## 6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.1.1 a contratada deverá dispor de materiais para execução do serviço (computadores, periféricos de armazenamento, etc);

## 7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1 A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da Nota de Empenho e deverá ser executado em 120 dias na forma que segue:

7.1.1 Os serviços terão como ponto de partida, as diretrizes descritas neste Termo de Referência.

7.1.2 A empresa CONTRATADA e UFSJ, representada pela ASSIN, deverão se reunir na UFSJ antes do início do desenvolvimento do programa para que todas as diretrizes e elementos necessários sejam repassados.

7.1.3 Serão realizadas reuniões mensais na UFSJ a partir da data de início do desenvolvimento do programa, onde a contratada deverá apresentar o desenvolvimento do produto (protótipo) e a UFSJ verificará se o mesmo está de acordo com a descrição.

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente (versão de avaliação) no prazo de 90 (noventa) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 8. AVALIAÇÃO DO CUSTO

8.1. O valor máximo da contratação é de R\$ 13.683,33 (treze mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).



8.2. O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável designado pela UFSJ, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

10.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.7 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



10.12 Manter durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, mediante assinatura de um Termo de Sigilo e Responsabilidade (Anexo IV);

10.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.15.1 quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

10.16 Assegurar à Contratante, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008:

10.16.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.16.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.16.3 a Contratada não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, códigos-fontes, bem como qualquer informação sobre a arquitetura e/ou documentação, assim como dados e/ou metadados trafegados, produtos desenvolvidos e entregues, ficando responsável por manter a segurança da informação relativa aos dados e códigos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução dos produtos.

10.16.4 a Contratada deverá assinar um Termo de Propriedade Intelectual, afirmando que todos os produtos e toda propriedade intelectual será de propriedade exclusiva da UFSJ. (Anexo III)

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

## **12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.



12.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.10.1 desenvolvimento do software;

12.10.2 instalação do software;

12.10.3 verificação por parte dos responsáveis do funcionamento do software;

12.10.4 capacitação das partes envolvidas para utilização do software;

12.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 fraudar na execução do contrato;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 cometer fraude fiscal;

13.1.6 não manter a proposta.

13.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.3 multa moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



13.2.3.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

13.2.3.2 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.4 multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

São João del-Rei – MG, 28 de outubro de 2015

---

Dra. Liliâne Assis Sade Resende  
Assessora para Assuntos Internacionais

## ANEXO II

### ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1	<p>Software de gestão de RI. O programa a ser desenvolvido deverá possibilitar as seguintes funções:</p> <p>1. Registro e Controle dos Acordos Internacionais</p> <p>Para o registro dos acordos, são necessários campos para:</p> <p>(a) Nome da instituição parceira;</p> <p>(b) País da instituição parceira;</p> <p>(c) Endereço completo</p> <p>(d) Continente:</p> <p>(e) contatos dos responsáveis (nome; função; telefone e e-mail)</p> <p>(f) Status: (ponto do processo em que se encontra o acordo até sua assinatura: ex. parecer jurídico, aprovação do conselho, etc.);</p> <p>(g) Áreas de cobertura do acordo;</p> <p>(h) Nome do coordenador do acordo;</p> <p>(i) data de assinatura do acordo;</p> <p>(j) data de expiração;</p> <p>(k) período de vigência;</p> <p>(l) Data e página da publicação no D.O.U</p> <p>(m) Número do Processo</p> <p>(n) Temos aditivos (este último com mecanismo para acrescentar novos termos, caso haja mais de um).</p> <p>(o) possibilidade de inserção de anexos (nessa ferramenta, é necessário um campo para descrever o nome do anexo e depois a ferramenta para o upload. É necessário mecanismo para a inserção de até cinco anexos, com até 25MB cada).</p> <p>(p) mecanismo de alerta de vencimento de convênio, com antecedência de seis meses, com repetição a cada 30 dias, podendo ser cancelado pelo usuário, assim que o acordo for renovado.</p> <p>(q) Status da renovação: (indicar ponto do processo em que se encontra a renovação do acordo).</p> <p>(r) Data de Renovação: renovado em:</p> <p>(s) Tipos de atividades previstas (Ex. intercâmbio discente, docente, pesquisa, etc.)</p> <p>(t) Público alvo: ( ) alunos de graduação; ( ) alunos de pós-graduação; ( ) docentes; ( ) técnicos; ( ) pesquisadores; ( ) artistas; ( ) outros (com espaço para preencher quais). Neste campo, deverá haver a possibilidade de assinalar mais de uma opção.</p> <p>Observação: Em todos os campos, há a necessidade de mecanismo para “editar”, para que os dados possam ser atualizados sem necessidade de nova inserção do mesmo acordo.</p>



Ferramenta de Busca de acordos, com os seguintes filtros:

- (a) nome da instituição;
- (b) país;
- (c) continente;
- (d) data de assinatura
- (e) data de expiração
- (f) áreas de cobertura

Obs. Os acordos que forem completados na área de cobertura com a expressão “todas as áreas” deverão ser buscados pelo filtro: “áreas de cobertura”, independente da área mencionada no filtro.

- (g) Nome do coordenador
- (h) Público alvo

Registro e Controle de mobilidade Out - Estudantes

O sistema deverá ter campo para registro dos estudantes da universidade que estão em intercâmbio no exterior. Para esse registro, deverão ser preenchidos os seguintes campos:

- (a) nome completo do aluno;
- (b) Curso:
- (c) Campus onde estuda:
- (d) Número de Matrícula
- (e) Grau: ( ) Graduação ( ) Pós-Graduação
- (f) Modalidade: ( ) Presencial ( ) A Distância
- (g) Campus onde estuda;
- (h) Informações Pessoais:

CPF:

Telefone, celular e e-mail de contato;

Endereço completo

Nome de um familiar para contato: inserir os seguintes campos:

Nome completo do contato familiar:

Grau de parentesco:

Telefone:

E-mail:

- (i) Instituição de destino
- (j) País da instituição de destino
- (k) Upload da carta de aceite na instituição de destino
- (l) Programa pelo qual ele foi selecionado para o exterior

(m) Data de saída para intercâmbio:

(n) Data de retorno à universidade de origem:

(o) Finalidade do intercâmbio: ( ) intercâmbio acadêmico; ( ) estágio internacional; ( ) pesquisa;

( ) outro, com espaço para inclusão de qual finalidade. (Obs. Neste campo, deverá haver a possibilidade de assinalar mais de uma opção).

Auxílio Financeiro ( ) sim ( ) não

Caso a resposta seja “sim”, preencher:

Tipo de auxílio financeiro recebido:

( ) bolsa da instituição de origem;

( ) bolsa da instituição anfitriã;

( ) bolsas de programas específicos

( ) auxílio viagem (passagens, passaporte, visto, etc.)

( ) auxílio moradia

( ) outros (inserir campo para descrição do auxílio recebido). Deverá haver a possibilidade de marcar mais de uma opção.

Filtros de busca de alunos em mobilidade out

Os filtros de busca deverão ser:

a) Nome do aluno;

b) CPF;

c) Curso;

d) Grau

e) Campus;

f) País da instituição de destino;

g) Instituição de destino

h) Programa pelo qual o aluno está em mobilidade

i) Data de saída para intercâmbio

j) Data de retorno à universidade de origem

k) Finalidade do intercâmbio

l) Auxílio Financeiro (o sistema deverá buscar todos os alunos que marcaram “sim” nesse quesito).

Registro de mobilidade In – Estudantes

Esta ferramenta deverá fazer o registro de alunos estrangeiros na instituição. Os seguintes campos para registro deverão ser criados:

a) nome completo do aluno;

b) Curso de Origem:

	<p>c) Universidade de Origem:</p> <p>d) País da Universidade de Origem:</p> <p>e) Número de Matrícula na instituição brasileira (campos a ser completado após a matrícula do aluno na instituição);</p> <p>f) Grau: ( ) Graduação ( ) Pós-Graduação</p> <p>g) Upload do Visto escaneado</p> <p>h) Número da Apólice do Seguro</p> <p>i) Upload da cópia da Apólice</p> <p>j) Informações Pessoais:</p> <p>Número do Passaporte:</p> <p>Upload da cópia do passaporte</p> <p>Registro Nacional de Estrangeiro:</p> <p>Carteira de Identidade de Estrangeiro:</p> <p>CPF:</p> <p>Telefone celular:</p> <p>e-mail de contato;</p> <p>Endereço completo no país de origem</p> <p>Endereço completo no Brasil</p> <p>Nome de um familiar para contato: inserir os seguintes campos:</p> <p>Nome completo do contato familiar:</p> <p>Grau de parentesco:</p> <p>Telefone:</p> <p>E-mail:</p> <p>k) Restrições alimentares:</p> <p>l) Alergias e problemas de saúde que requerem o uso de medicação controlada</p> <p>m) Programa pelo qual ele foi selecionado para intercâmbio</p> <p>n) Data de chegada na instituição brasileira:</p> <p>o) Data de retorno ao país de origem:</p> <p>p) Finalidade do intercâmbio: ( ) intercâmbio acadêmico; ( ) estágio internacional; ( ) pesquisa;</p> <p>( ) outro, com espaço para inclusão de qual finalidade. (Obs. Neste campo, deverá haver a possibilidade de assinalar mais de uma opção).</p> <p>Auxílio Financeiro ( ) sim ( ) não</p> <p>Caso a resposta seja "sim", preencher:</p> <p>Tipo de auxílio financeiro recebido:</p> <p>( ) bolsa da instituição de origem;</p> <p>( ) bolsa da instituição de destino;</p> <p>( ) bolsas de programas específicos</p>
--	---

- ( ) auxílio viagem (passagens, passaporte, visto, etc.)
- ( ) auxílio moradia
- ( ) outros (inserir campo para descrição do auxílio recebido). Deverá haver a possibilidade de marcar mais de uma opção.

#### Filtros de busca de alunos em mobilidade in

Os filtros de busca deverão ser:

- a) Nome do aluno;
- b) passaporte;
- c) Instituição de origem;
- d) País da instituição de origem;
- e) Data de chegada na instituição brasileira;
- f) Data de retorno ao país de origem
- g) Programa pelo qual o aluno está em mobilidade
- h) Grau
- i) Finalidade do intercâmbio

#### Registro de mobilidade Out – Professores e Técnicos Administrativos

Nesta ferramenta, o sistema deverá registrar os servidores: professores e técnicos das universidades brasileiras que estão em mobilidade no exterior. Os seguintes campos para registro deverão ser criados:

- a) Nome completo do servidor:
- b) CPF
- c) Endereço completo
- d) Telefone para contato
- e) E-mail para contato
- f) Matrícula na instituição:
- g) Cargo na instituição: ( ) professor ( ) técnico-administrativo
- h) Se professor:
  - Curso em que leciona:
  - Campus em que atua:
  - Interesses de Pesquisa:
  - Titulação: ( ) Mestre ( ) Doutor ( ) Pós-Doutor
- i) Se for técnico:
  - Setor em que trabalha:
  - Campus em que atua:
  - Área de Atuação:
  - Interesses profissionais:

j) Período em mobilidade (em dias, meses ou anos). Por exemplo: 3 meses

k) Motivo da mobilidade internacional:

( ) Mestrado

( ) Doutorado

( ) Pós-Doutorado

( ) Especialização

( ) Professor Visitante

( ) Oferta de cursos de curta duração no exterior (até três meses)

( ) Participação em cursos de qualificação profissional

( ) Participação em cursos de curta –duração (até três meses)

( ) Apresentação de trabalhos em congressos internacionais

( ) Desenvolvimento de Pesquisas em parceria

( ) Visitas técnicas

( ) Aperfeiçoamento profissional e/ou linguístico

( ) Outros (Nesta opção deverá haver um campus para mencionar outros motivos)

l) Data de saída do país

m) Data de retorno ao país

n) País de Destino

o) Instituição e/ ou Empresa de Destino

p) Endereço no exterior

Os seguintes filtros deverão ser criados para a busca no registro de mobilidade out – professores e técnico-administrativos:

a) Nome

b) País de Destino

c) Data de saída do país

d) Data de retorno ao país

e) Finalidade da mobilidade (usar cada uma das opções a serem assinaladas nesse campo)

f) Período de mobilidade no exterior:

. Dez dias a um mês

. De um a três meses

. De três meses a seis meses

. Seis meses a um ano

. Mais de um ano

	<p><b>Registro de mobilidade In – Professores e Técnicos Administrativos</b></p> <p>Nesta ferramenta, o sistema deverá registrar os professores e demais servidores estrangeiros em mobilidade na instituição. Os seguintes campos para registro deverão ser criados:</p> <p>a) Nome completo do professor/servidor:</p> <p>b) Passaporte:</p> <p>c) Instituição de Origem:</p> <p>d) País de origem:</p> <p>e) Telefone para contato</p> <p>f) E-mail para contato</p> <p>g) Cargo na instituição de origem: ( ) professor ( ) técnico-administrativo</p> <p>h) Se professor:</p> <p>Curso na instituição brasileira, com o qual se relaciona:</p> <p>Interesses de Pesquisa:</p> <p>Titulação: ( ) Mestre ( ) Doutor ( ) Pós-Doutor</p> <p>i) Se for técnico:</p> <p>Setor para o qual vem atuar:</p> <p>Área de atuação:</p> <p>Interesses profissionais:</p> <p>j) Período em mobilidade no Brasil (em dias, meses ou anos). Por exemplo: 3 meses</p> <p>k) Motivo da mobilidade internacional na instituição:</p> <p>( ) Mestrado</p> <p>( ) Doutorado</p> <p>( ) Pós-Doutorado</p> <p>( ) Especialização</p> <p>( ) Professor Visitante</p> <p>( ) Oferta de cursos de curta duração no exterior (até três meses)</p> <p>( ) Participação em cursos de qualificação profissional</p> <p>( ) Participação em cursos de curta –duração (até três meses)</p> <p>( ) Apresentação de trabalhos em congressos internacionais</p> <p>( ) Desenvolvimento de Pesquisas em parceria</p> <p>( ) Visitas técnicas</p> <p>( ) Aperfeiçoamento profissional e/ou linguístico</p> <p>( ) Outros (Nesta opção deverá haver um campo para mencionar outros motivos)</p> <p>l) Data de chegada na instituição</p> <p>m) Data de retorno ao país de origem</p>
--	---



	<p>Os seguintes filtros deverão ser criados para a busca no registro de mobilidade in – professores e técnico-administrativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>n) Nome</li> <li>o) País de Origem</li> <li>p) Instituição de Origem</li> <li>q) Data de chegada na instituição</li> <li>r) Data de retorno ao país de origem</li> <li>s) Finalidade da mobilidade (usar cada uma das opções a serem assinaladas nesse campo)</li> <li>t) Período de mobilidade na instituição: <ul style="list-style-type: none"> <li>. Dez dias a um mês</li> <li>. De um a três meses</li> <li>. De três meses a seis meses</li> <li>. Seis meses a um ano</li> <li>. Mais de um ano</li> </ul> </li> </ul> <p>Registro de Professor Estrangeiro lecionando na instituição por um período superior a seis meses.</p> <p>Para este registro, o sistema deverá ter os seguintes campos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Nome do professor</li> <li>b) País de origem</li> <li>c) Ano de ingresso na universidade</li> <li>d) Ano que deverá deixar a instituição</li> <li>e) Matrícula na instituição</li> <li>f) Vínculo institucional (professor adjunto; assistente; visitante, voluntário, etc.</li> <li>g) Curso em que leciona</li> <li>h) Campus em que atua</li> <li>i) Área de interesse acadêmico</li> </ul> <p>Filtros para busca de professor estrangeiro, lecionando na universidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Nome do professor</li> <li>b) País de origem</li> <li>c) Ano de ingresso na universidade</li> <li>d) Curso em que leciona</li> <li>e) Campus em que atua</li> <li>f) Área de interesse</li> <li>g) Vínculo Institucional</li> <li>h) Deverá haver uma possibilidade de se buscar, por exemplo, quantos professores estrangeiros estavam atuando nos anos de 2013, 2014 e 2015.</li> </ul>
--	--

	<p>Observações:</p> <p>1. Em todos os mecanismos de filtro mencionados nas ferramentas descritas acima, deverá haver a possibilidade de se usar mais de um filtro para fazer pesquisas. Exemplos:</p> <p>“Quantos alunos estavam nos <b>Estados Unidos</b>, pelo <b>Programa Ciência sem Fronteiras</b>, no ano de <b>2014</b>”?</p> <p style="text-align: center;">Ou</p> <p>“Quantos acordos de colaboração foram assinados em <b>2015</b> na <b>Europa</b> para as áreas das <b>Engenharias</b>?”</p> <p>2. Para cada filtro, o sistema deverá gerar planilhas, tabelas, gráficos de barra, de pizza e de linha, indicando, respectivamente, porcentagens e desenvolvimento de certo quesito em um período de tempo. Ex. 1. Gráfico de Pizza e de Barras: porcentagem de acordos nos diversos países, em anos distintos. 2. Gráfico de linha ou de barras: número de acordos em Portugal nos anos de 2013, 2014 e 2015.</p> <p>3. O sistema deverá ser capaz de importar informações de formulários a serem criados nas páginas institucionais que serão preenchidos pelos próprios alunos e servidores brasileiros ou estrangeiros.</p> <p>4. O não-preenchimento de alguns campos não deverá impedir o preenchimento dos demais campos.</p> <p>5. Marcar com * os campos obrigatórios, sem os quais o sistema não deverá permitir o preenchimento dos demais campos.</p>
--	---



### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

À Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ,

DECLARO, para os devidos fins, que todos os produtos e toda a propriedade intelectual advindos da prestação dos serviços pela empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, estabelecida na cidade \_\_\_\_\_, relativos ao processo de licitação número \_\_\_\_\_ para desenvolvimento de software para RI, serão de propriedade exclusiva da Universidade Federal de São João del-Rei.

São João del-Rei, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
NOME REPRESENTANTE DA EMPRESA  
CARGO



## ANEXO IV

### TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI**, com sede na Praça Frei Orlando, 170 – Centro na cidade de São João Del Rei - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 21.186.804/0001-05, neste ato representada pela sua Reitora, Profa. Dra. Valéria Heloisa Kemp, Brasileira, RG MG - 161.688, CPF 201.190.706-34, no uso das atribuições, que lhe confere a Decreto s/nº de 04/06/2012 – DOU 05/06/2012, doravante chamado de **UFSJ** e a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, neste ato representado \_\_\_\_\_, portadora da CI nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, doravante chamado **RESPONSÁVEL**, têm entre si justa e acertada a celebração do presente **TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE**, através do qual o **RESPONSÁVEL** declara conhecer e obedecer as regulamentações e normas institucionais quanto a segurança e uso da informação e não divulgar, sem autorização, as informações restritas ou confidenciais de propriedade da Instituição, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

**PRIMEIRA – O RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua atuação na UFSJ, estabelece contato com informações privadas da instituição, que são conceituadas como **restrita** ou **confidencial**. Estas informações devem ser tratadas com absoluta reserva em qualquer condição e não podem ser divulgadas ou dadas a conhecer a terceiros não autorizados, sem a expressa e escrita autorização da sua chefia ou da Reitoria da Instituição

**SEGUNDA** – As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas que, por sua natureza, são consideradas como de interesse **restrito** ou de **confidencial**, e não são ou não deveriam ser, de conhecimento de terceiros, como por exemplo:

1. Códigos-fonte e códigos-objeto, bem como suas listagens e documentações;
2. Toda a informação existente ou em fase de desenvolvimento no âmbito da Instituição e rotinas desenvolvidas por terceiros, incluindo fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultado de testes, arquivo de dados, versões "**beta**" de quaisquer programas, etc.;
3. Documentos relativos à lista de usuários da UFSJ e seus respectivos dados, armazenados sob qualquer forma;
4. Metodologias e ferramentas de serviços, desenvolvidas pela UFSJ;
5. Parte ou totalidade dos modelos de dados que subsidiam os sistemas de informações da UFSJ, sejam eles executados interna ou externamente;
6. Parte ou totalidade dos dados ou informações armazenadas nas bases de dados que subsidiam os sistemas de informações da UFSJ, sejam elas residentes interna ou externamente;
7. Objetivos e conteúdo de processos judiciais, administrativos disciplinares, inquéritos, sindicâncias e de tomadas de contas especiais;
8. Objetivos, conteúdos e resultados dos projetos de pesquisa;
9. Relatórios de atividades da instituição ou de qualquer órgão interno, enquanto não tornados públicos;
10. Circulares e comunicações internas;



#### 11. Conteúdo de e-mails institucionais.

**TERCEIRA – O RESPONSÁVEL** reconhece ser a lista acima meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas em segredo. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** não deverá divulgar a mesma, até que venha a ser expressamente autorizado, pela UFSJ, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma interpretar-se-á o silêncio da UFSJ como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

**QUARTA – O RESPONSÁVEL** reconhece expressamente que:

**Parágrafo Primeiro:** Ao término da prestação dos serviços, seja por decurso da vigência do contrato nº \_\_\_\_\_, pela rescisão antecipada deste, ou por término de sua relação contratual com a \_\_\_\_\_, deverá o **RESPONSÁVEL** entregar à CONTRATADA que, por sua vez, obriga-se a repassar ao Gestor do Contrato na UFSJ, todo e qualquer material de propriedade da Instituição ou produzido na vigência contratual

**Parágrafo Segundo:** Deve devolver, inclusive, suas notas pessoais sob qualquer forma, se houver matéria sigilosa relacionada com a Instituição, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle.

**Parágrafo Terceiro:** Assume o compromisso de não utilizar qualquer informação da Instituição, adquirida por prestação de serviços à UFSJ.

**QUINTA – O RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente à UFSJ acerca de qualquer violação das regras de proteção das informações eletrônicas por parte dele ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação, não intencional ou culposa, do sigilo das informações da Instituição.

**SEXTA – O** não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilidade civil, criminal e administrativa do **RESPONSÁVEL**, nos moldes previstos na legislação pátria.

**SÉTIMA – O** presente instrumento tem o seu início de vigência na data de sua assinatura.

**Parágrafo Único** – As obrigações a que aludem este instrumento perdurarão por 05 (cinco) anos, contados a partir do término do instrumento de avença de que trata o §1º da Cláusula Quarta.

São João del-Rei, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**DE ACORDO:**

**Profa. Valéria Heloisa Kemp**  
**Reitora da UFSJ**

**Contratada**

**Testemunha 1:**  
**CPF:**

**Testemunha 2:**  
**CPF:**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES**

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO  
ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN  
RFB nº 1.244/2012)

Ilmo. Sr.  
(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável